

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007990-88.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **NADIR RODRIGUES ESTOCHI**
 Requerido: **Itaú Unibanco S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1007990-88.2014****VISTOS**

NADIR RODRIGUES ESTOCHI ajuizou Ação **DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e MATERIAIS** em face de **ITAÚ UNIBANCO S/A** (na contestação foi solicitada a alteração do polo passivo para **ITAU ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**), todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que após conferir seu extrato bancário se surpreendeu com o desconto de R\$ 542,35 referente a um consórcio que teria firmado com o requerido. Em contato com o requerido foi informada da existência de dois contratos: um de nº 90741-001646718660000, no valor de R\$ 325.560,19 e outro nº 90741-901000964280957, com “débito atual” de R\$ 510,79, cessão cartão UBB, ambos firmados originalmente com o UNIBANCO. Mesmo após inúmeros contatos não conseguiu ver resolvida a questão, razão pela qual ingressou em juízo requerendo a declaração da

1007990-88.2014.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

inexistência do débito e a condenação do requerido a pagar danos morais e materiais.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação às fls. 51/76 requerendo a correção de seu nome. No mérito, argumentou que a autora contratou o consórcio eletronicamente (mediante fornecimento de senha pessoal e intransferível) e concordou com suas cláusulas de forma livre e consciente, devendo ser respeitado, portanto, o princípio do *pacta sunt servanda*. Pontuou que a desistência de participação do grupo de consórcio segue regras claras e que com a condição de “excluída” a autora participaria do sorteio mensal para a restituição dos valores pagos, descontadas as despesas previamente estipuladas. Impugnando, por fim, a existência de danos morais, pediu a improcedência da ação.

Não houve manifestação a título de réplica (cf. fls. 112).

As partes foram instadas a produzir provas. A autora não se manifestou e o requerido peticionou juntando documento a fls. 116.

A autora foi intimada a se manifestar sobre a petição de fls. 116/118, mas permaneceu inerte (cf. fls. 123).

É o relatório.

DECIDO.

Na inicial a autora sustenta (v. fls. 02) que “nunca manteve conta junto ao Unibanco” e que “jamais teria feito contratação em valores tão altos” (textual de fls. 02).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ocorre que ao contrário do sustentado, a prova trazida aos autos, mais especificamente a fls. 116 indica que a autora contratou (sim) um consórcio para aquisição de imóvel (a respeito confira-se fls. 116/118).

Assim, agiu, por si, ou por terceiro, utilizando sua senha pessoal e cartão magnético (contratação eletrônica).

A autora deixou de apresentar réplica e assim, de se manifestar especificamente sobre o sustentado a fls. 116/118, não se desincumbindo do ônus previsto no artigo 333, do CPC.

De qualquer maneira, o réu se posicionou na reclamação formulada perante o PROCON no sentido de promover a baixa dos contratos, o que, s.m.j., já atende o interesse da autora.

Concluindo: não é o caso de proclamar a inexistência da contratação – como pedido na inicial – mas, considerando a “baixa” concretizada pelo Banco, a autora faz jus ao ressarcimento das importâncias tiradas de sua conta, respeitando a dinâmica exposta a fls. 31 (a autora continuará concorrendo normalmente aos sorteios mensais – como desistente – e sendo contemplada terá restituídos os valores pagos com rendimentos e desconto contratual).

Nessa linha de pensamento não há como arbitrar indenização por menoscabo moral.

Diante do acima consignado proclamo o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

desfazimento do negócio pela desistência da autora, ficando a restituição das cotas quitadas, submetida a dinâmica acima consignada.

Ante a sucumbência parcial, as custas e despesas do processo serão rateadas e cada qual arcará com os honorários de seus respectivos patronos. No entanto, deverá ser observado que a autora é beneficiária de justiça gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 07 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**